

Ensino de Historia no Brasil - Rupturas e Permanências: Um estudo de manuais didáticos

Janaina de Paula do Espírito Santo¹

Palavras chave: ensino de história, rocha pombo, livro didático.

Ao longo do tempo, a história e o seu ensino para as gerações subseqüentes se revestiu de diversos aspectos. Nas civilizações marcadas pela cultura oral, por exemplo, o momento destinado ao passado normalmente se revestia de um caráter místico. O relato era feito pelos mais velhos, que reviviam ou recriavam o passado ancestral para as gerações futuras.

A Idade moderna e a fundação dos Estados Nacionais, ao redor do globo trouxeram uma nova necessidade. Além de se identificar com um povo e um passado acessível, a história construía representações que ligavam este povo a figura de um estado, em sua essência político, e o legitimava no uso da memória de diferentes grupos sociais.

Hoje, assistimos uma re-visitação ao passado, e a história, construída no seio da modernidade, não mais se reveste apenas nos atos políticos e econômicos, sua neutralidade é questionada, sua ligação com o estado é explicitada, revista, debatida. Vemos um retorno da história como curiosidade, da história do diferente, do pitoresco. Há um debate de narrativas, de funções.

Em um momento tão díspar da história, em que tantas mudanças se percebem no amálgama da ciência e da disciplina histórica, seria correto pensar na permanência? Na constância, na imutabilidade?

Heráclito, filósofo grego de VI a.C. afirmava que tudo flui. Se tomarmos seu princípio como ponto de partida, a imutabilidade não poderia ser nem prevista, muito menos defendida.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha Saberes, Cultura e Práticas Escolares, pela Universidade Federal do Paraná.

Entretanto, podemos perceber que, na mesma medida em que a história se abre para novas abordagens, novas perspectivas, novos sujeitos, apregoa-se a necessidade de rompimento, de maior entendimento, de tradições a serem quebradas. Por que esse movimento acontece?

Na tentativa de levantar uma resposta para questões como esta, esse trabalho opta por um estudo em uma perspectiva histórica, dentro do processo de consolidação da disciplina de história nacional em nosso país.

A questão que norteia esta análise é a busca por compreender de que forma algumas das preocupações dos intelectuais envolvidos no ensino da história, no início do século XX encontram reflexos na produção que hoje é destinada as salas de aula da disciplina.

Não é nada fácil questionar os símbolos, os marcos e as datas que são instituídas pela memória histórica. Isso porque tais datas, heróis, símbolos de uma determinada coletividade são uma criação coletiva que nem sempre é controlada pelos agentes responsáveis por essa criação. Digamos que inúmeros indivíduos e grupos pretendam ver realizados determinados fins que eles julgam imprescindíveis. Toda a realização de uma idéia ou de um objetivo coletivo exige da parte daqueles que visam a alcançar este fim que negociem ou enfrentem na cena social outros grupos que também têm idéias e outros objetivos.

Na tentativa de compreender o processo de consolidação da “memória histórica” esta pesquisa se propõe a nos resgatar livros e manuais didáticos considerados significativos no ensino de história brasileira ao longo dos tempos, pontos em comum, permanentes, na estruturação das escolhas dos conteúdos abarcados pelo livro didático.

Para SILVA, (2000) " Refletir sobre o processo de formação das disciplinas ligadas a s humanidades no Brasil pode tornar compreensível o descompasso entre a produção didática e a literatura científica - não em termos de técnica, mas de política". Ou seja, a dicotomia aparece nas finalidades atribuídas socialmente para a disciplina escolar de história na construção de uma nação. Nesta perspectiva, a elaboração do conhecimento histórico e a produção do saber

histórico escolar estão completamente interligadas à construção da cultura e identidade nacionais.

Os primeiros livros didáticos a circularem pelo Brasil datam do início do século XIX, e já neste período se menciona que havia livros que não eram apropriados para o ensino (ZILBERMAN, 1996, p. 16). Nessa fase inicial das propostas sobre livros didáticos, registravam-se reclamações sobre a ausência de manuais nas escolas, falta de livros produzidos no país - havia traduções e adaptações de obras estrangeiras - e também sobre escolhas mal feitas pelos professores ou rejeição, por eles, das obras escolhidas pelas autoridades (BITTENCOURT, 1993, p.18-19).

Ao final do século XIX, discussões entre políticos defensores da escola secularizada, leiga, e políticos conservadores católicos fortalecem as discussões em torno da importância de uma produção nacional de obras didáticas. É interessante notar que:

(...) permaneceu a crença na força do livro escolar como peça importante na viabilização dos projetos educacionais. A obra didática era concebida como principal instrumento para divulgação do ideário educacional, dependendo dela, a formação do professor e do aluno. (p. 21)

Ou seja, é no âmbito da produção didática que se pode perceber a movimentação em torno da construção e difusão da história nacional empreendidas no Brasil a partir do século XIX.

No período Republicano, a expansão do sistema escolar e os avanços dos estudos no campo educacional produziram um efeito de incentivo aos professores para a produção de obras segundo suas experiências pedagógicas. Assim, as primeiras décadas do século XX já demarcam a existência de uma produção significativa de obras didáticas brasileiras. Muitas delas estavam voltadas à orientação dos professores para o ensino e não se destinavam efetivamente aos alunos.

Na república, a preocupação com a história pátria e a sua veiculação didática tomam um novo fôlego. O regime precisa ser legitimado e o campo da história é um importante pilar para que isso aconteça.

Pode se dizer que os historiadores deste momento herdam já uma certa produção e algumas balizas que vão matizar a história Pátria.

Neste período, alguns dos pilares e características fundantes da história nacional já estão consolidados pelo IHGB, que funciona como aglutinador e grande referencia na produção da história Pátria. Aqui, a defesa da tese que mistura de raças e convivência entre os povos é um dos elementos fundantes de nossa identidade apresenta a paz como um dos pilares fundadores da nação e a matriz criadora dos demais valores e hábitos junto aos brasileiros, o que explicaria a sua índole pacífica e hospitaleira: "O brasileiro é bom, e o Brasil convidativo". A representação do "Brasil" procura moldá-lo como uma entidade com vida própria, além do bem e do mal, respondendo a um valor de unificação e diluição de antagonismos, sempre que são mencionados episódios com alguma violência. As guerras, os conflitos étnicos e as invasões estrangeiras são vencidas por líderes heróicos, comandando grupos mal equipados, mas superando o inimigo em nome do amor à pátria. A pátria e o sentimento de esforço, doação e colaboração se realizam pela defesa da família em momentos ameaçadores.

A história do Brasil é construída sobre o signo do progresso e da realização. O país aparece neste momento como uma entidade quase sobrenatural, que já tem um caminho de realizações a ser seguido. Tal premissa, proposta em um dos primeiros tratados sobre como escrever a história do Brasil, é cuidadosamente retomada e realimentada, como uma forma de garantir unidade a uma nação que ainda não é, que tem na constante construção a sua maior característica. Neste sentido, ter um "espírito de pátria", como diz Rocha Pombo, garante uma unidade ainda que de forma incipiente e de certa forma relacionada com alguns princípios da história Sagrada.

Nesta perspectiva, a construção da nação percorre um caminho em que todas as diferenças dão lugar a uma comunidade de valores, nascida de raças diferentes mas imbuídas da mesma vontade. O múltiplo é recambiado na geração do uno, no qual todos se integram à mesma tradição para assumirem papéis de uma massa de figurantes na encenação da memória nacional. A unidade é uma preocupação sempre presente em um território cheio de contrastes como o Brasil. Tal princípio vai ser a tônica e a preocupação de muitas das produções desse período. A necessidade de identificar o povo e Pátria vai aparecer em documentos oficiais até o fim da década de 1950.

Escrever livros didáticos no início do período republicano, com o objetivo de ajudar a difundir essas representações chegou a ser considerado uma missão patriótica.¹ Neste momento, havia a preocupação com a construção de um “quadro” de heróis, embora o mesmo variasse de acordo com a região. Esta discussão em torno da construção de um passado podia ser percebida de forma mais sistemática dentro da produção didática.

No processo de seleção das obras que abarcariam este estudo, nos deparamos com as obras de um autor paranaense: Francisco José da Rocha Pombo. Este autor foi responsável por um grande sucesso editorial no início do século XX. Entretanto, o ponto determinante para sua escolha enquanto representante de um período repousa em outros dois aspectos: 1) Rocha Pombo preocupou-se em escrever uma obra para o ensino primário (o livro nossa Pátria), uma História do Brasil para o ensino secundário e outra para o preparatório para o superior, ou seja, estava presente nos três diferentes graus de ensino de sua época, o que permitiria entender melhor as concepções que nortearam a seleção e construção destes conteúdos em diferentes momentos da vida escolar, o que era ampliaria a pergunta inicial da pesquisa.

2) Rocha Pombo é o único autor que, junto com a obra didática, escreveu uma obra “historiográfica” de referencia, uma edição de grande fôlego, publicada pela primeira vez em 1908, que são seus dez volumes de “História do Brasil”. Desta forma para além de inferir alguns princípios permanentes das produções em história de sua época, dentre as quais ele é o

representante que mais acumula reedições, permanecendo no mercado editorial até o início de 1970, sua obra permite estabelecer um outro diálogo, situado nas relações que se tramam entre a obra historiográfica e a didática, ou seja, como um mesmo autor trabalha com estes dois níveis da produção em história do Brasil e de que forma estabelece diálogo entre a ciência e a escola.

Desta forma, poderíamos, entendendo um pouco como se dava à mediação didática entre a produção em história no início do século XX estabelecer relações com o mesmo processo empreendido pelos livros hoje, preocupados com as novas abordagens historiográficas.

A tradição de que Rocha Pombo é escolhido como representante, dado o seu grau de permanência (entendemos que esta permanência evidencia uma aceitação de seu discurso, que permanece como referencia constante por mais de 50 anos), teria grau de determinância, de influencia na produção atual? Pode-se perceber uma “tradição seletiva” como diz Raymond Willians² na produção didática de História do Brasil? Como ela se estabelece?.

De uma forma geral, as discussões em torno da produção de livros destinados ao ensino da história dava-se mais ao nível do método e do estilo literário, uma vez que os “fatos” que eram objeto do estudo eram “inquestionáveis” mantendo estreita ligação com os ideais da escrita “moderna da história” e da crítica documental, e os princípios que fundamentavam o “fazer do historiador” no século XIX, como o estabelecimento da “verdade” dos fatos, a imparcialidade do historiador e a utilização das teorias científicas na formulação de propostas para o ensino.

Algumas das idéias gestadas no período imperial e no início da república, mantiveram-se, sem grandes questionamentos, até os fins dos anos cinqüenta, quando as classes populares começam a ter acesso a escola, e a chamada visão positivista ensinada nas escolas era considerada reacionária. O golpe militar de 1964 acabou por abafar essas discussões, mantendo uma “História de reis, heróis e batalhas”(Pinski, 1988, p.19).

A reabertura política, o fim dos estudos sociais e uma mobilização geral de professores e pesquisadores marcou as décadas de 80 e 90, e muito se avançou no que diz respeito ao ensino de história. Currículos, heróis, livros, toda uma produção acadêmica marcaram o período e muito se desenvolveu neste sentido.

A busca pelo que se chamou de cânon de conteúdos não ignora essas mudanças. Procura, entretanto, perceber como se mesclam com alguns encaminhamentos que comumente são relacionados ao ensino da história pátria.

Para contrapor a obra de Rocha Pombo, aqui entendida como representante de uma tradição consolidada e presente no imaginário social, foram selecionadas obras didáticas entre as mais utilizadas no estado do Paraná.

A análise se deu então em duas frentes. De um lado, o discurso histórico presente nas obras. De outro a formatação da mesma, no que se refere as imagens, relação com os textos, esquemas propostos.

Argumentativamente percebe-se que muito do mito nacional brasileiro se reafirma constantemente nas obras didáticas. A idéia de progresso, apresentando um exemplo de melhora entre o passado e a realidade vivida, por exemplo, marca, de forma geral os capítulos dessas obras.

A identificação com a natureza também é outro ponto comum. Marilena Chauí chamou atenção para o fato de que a natureza faz parte da nossa constituição identitária e sua identificação com a idéia de paraíso terreno acaba por ser muito relacionada com a idéia do Brasil enquanto país de futuro, de que a natureza seria um indicador. Essas imagens, tão exploradas na época de elaboração da história pátria, como parte de nosso passado colonial são constantes nas obras dos dois períodos.

Percebe-se que embora alguns dos princípios fundantes da identidade brasileira tenham sido redimensionados e superados, como no que diz respeito a idéia, tão cara no início do

século XX de convivência harmoniosa entre as três raças, outras, são mantidas pela cultura escolar, como parte importante de nosso passado.

Busca-se hoje, romper com a reprodução do conhecimento, procurando trabalhar em sala com o debate e a (re) construção de conhecimentos, enfatizando o papel de alunos e professores enquanto sujeitos da história. Ainda, que, a história do ensino de história brasileira pareça ter tramitado por contextos bem distintos, ao se propor estudar as permanências de alguns cânones na estruturação dos conteúdos considerados essenciais para o ensino da história, busca-se empreender uma análise da cultura – em seu aspecto de produção escolar – nacional, procurando, dessa forma, esclarecer as representações que a nação tem construído de si mesma na história. Entendemos que este conhecimento contribui para o debate em torno do ensino e a construção de conhecimentos adquira uma dimensão importante.

Ao propor, um resgate, através dos livros didáticos, da lógica de constituição da história do Brasil que tem sido ensinada nas escolas, procura-se uma reflexão sobre o processo de escolhas que tem permeado o trabalho educativo em história, possibilitando uma análise da construção e transmissão da cultura escolar no processo de consolidação da disciplina de história.

¹ BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Tese (doutorado em História). São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993

² Raymond Williams definiu o processo de consolidação do conhecimento escolar de tradição seletiva: uma seleção feita por alguém, com sua particular visão sobre o conhecimento legítimo e a cultura, uma seleção que no processo de privilegiar o capital cultural de um grupo desprivilegia o de outro.